



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Fundação Universidade Federal do ABC**  
**Divisão de Conselhos/Secretaria-Geral**

Síntese das deliberações referentes aos assuntos constantes da pauta da II sessão ordinária do Conselho Universitário de 2022 da Universidade Federal do ABC, realizada no dia 10 de maio de 2022, às 14h, realizada remotamente por meio de videoconferência.

**Informes da Reitoria**

- ✓ *O presidente, Dácio Roberto Matheus, informou que, em virtude do fim do mandato do representante externo da comunidade civil, Marcelo Furlin, que ocorrerá em 22 de junho, encaminhou, escolha do representante externo da comunidade civil, em atendimento ao Art. 1º da Resolução ConsUni nº 54: “Os membros externos serão indicados pelos Conselheiros eleitos e natos, cujos nomes deverão ser apresentados para votação no ConsUni na sessão anterior ao encerramento do mandato vigente”. Passou a palavra à secretária-geral, Carolina Moutinho Duque de Pinho, que informou que, após solicitação, a Divisão de Conselhos recebeu a indicação de apenas uma indicação que propunha a recondução de Marcelo Furlin. Considerando a necessidade de votação secreta, a chefe da Divisão de Conselhos, Fabiane Alves, esclareceu os procedimentos a serem seguidos. Finalizado o processo de votação, houve 27 votos para Marcelo Furlin e 05 abstenções. O presidente informou que a posse do novo mandato dar-se-ia na próxima sessão ordinária.*
- ✓ *Passou a palavra à pró-reitora de planejamento e desenvolvimento institucional, Mônica Schröder, que realizou apresentação acerca do orçamento 2022. Prestou esclarecimentos sobre dados de investimento e custeio, destacando que, no caso deste último, houve um aumento em relação a 2021, embora ainda seja inferior ao recebido em 2019 e 2020. Essa recomposição de 14% ocorreu depois da articulação das reitoras e reitores junto ao Congresso Nacional. No entanto, reforçou que o montante orçamentário de 2022 ainda era inferior ao que fora contabilizado em 2019. Ponderou que o custeio total disponibilizado ao conjunto das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em 2022 era inferior aos anos de 2014 a 2021, quando considerados os valores atualizados pelo índice de preços ao consumidor amplo (IPCA). Avaliou que as IFES enfrentariam, portanto, insuficiência orçamentária no decorrer de 2022. No tocante à UFABC, essa insuficiência também poderá ser sentida, tendo em vista o crescimento vegetativo da instituição. Destacou que, o custo da UFABC não condiz com a média histórica de custos, sendo que a universidade sempre buscou se encaixar nos valores repassados nos últimos anos. Ademais, ressaltou que, em 2022, ainda será preciso acomodar o custo inflacionário em seus contratos, tais como o serviço de ônibus fretados. Conclui que a restrição orçamentária gera efeitos sacrificantes ao crescimento inclusivo e com excelência e aos esforços frente à pandemia. Informa que, frente à necessidade de tomada de decisões, essas serão feitas com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução de Diretrizes Orçamentárias 2022, elaborada em diálogo com a comunidade acadêmica.*
- ✓ *O presidente informou acerca da publicação pelo Ministério da Economia, por meio da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, da Instrução Normativa (IN) SGP/SEDGG/ME nº 36, em 5 de maio de 2022, que entrará em vigor em 6 de junho de 2022. Tal documento estabeleceu o retorno ao trabalho em modo presencial de todas e todos servidores e empregados públicos dos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública e Federal. Desse modo a Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 90, de 28 de setembro de 2021, que, dentre outras, tratava do estabelecimento do Grupo*

*Ampliado de Risco deixou de vigorar. Explicou que os efeitos da recente IN estavam sendo estudados pela Reitoria e pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC) de modo que qualquer nova informação seria divulgada à comunidade. Acrescentou que essa IN não prejudicaria as iniciativas dos planos de gestão para organização e normatização do teletrabalho. Assim, esperava-se trazer a este Conselho, ainda no mês de maio, a minuta de resolução que deve regulamentar o teletrabalho na UFABC, que vem sendo elaborada pelo Grupo de Trabalho (GT) criado pela Reitoria para esse fim.*

### **Informes dos conselheiros**

- ✓ *A conselheira Roberta Kelly Amorim Gomes apresentou Moção em defesa da Lei de Cotas. Discorreu acerca da importância da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas, pontuando sua relevância na luta pela igualdade étnico-racial no país e passou à leitura de uma Moção em defesa à Lei de Cotas. Em discussão, foram sugeridos ajustes pontuais, os quais foram acatados pela conselheira. Sem mais manifestações, passou-se à votação. Moção aprovada por unanimidade.*
- ✓ *A conselheira Júlia Poletto informou acerca do Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas que será realizado em Brasília, do dia 12 ao dia 15 de maio, e solicitou, aos que puderem, uma contribuição para que os alunos indicados pudessem comparecer ao evento.*
- ✓ *A conselheira Roberta Kelly Amorim Gomes apresentou Moção de Preocupação acerca da violência na Região do Grande ABC, dirigida ao Consórcio Intermunicipal do Grande ABC. Não houve manifestações por parte do Conselho, ao passo que o presidente encaminhou o documento à votação. Moção aprovada por unanimidade.*
- ✓ *A conselheira Patrícia Dantoni demonstrou preocupação perante à informação de que 1/3 dos servidores da UFABC ainda não enviaram à Reitoria o comprovante vacinal. Questionou se a Gestão possui controle das respostas e da possível duplicidade no envio do comprovante. Em resposta, o presidente esclareceu que os envios estavam sendo mapeados e as duplicidades seriam desconsideradas. Tranquilizou a todos que a SUGPEPE estava fazendo uma busca ativa daqueles que ainda não enviaram o comprovante vacinal e que a comunidade seria informada, tão logo os dados fossem atualizados.*

### **Ordem do Dia**

- ✓ *Em virtude da pendência de envio, pela Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep), de documento que deve ser apreciado por este Conselho, o presidente propôs que os itens referentes a esse tema fossem tratados na continuação desta sessão. Não houve quem se opusesse à proposta.*

1. *Minuta de resolução que regulamenta o Art. 21, da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, para fins de percepção de remuneração, retribuições, bolsas, ganhos econômicos, GECC e FCC, no Regime de Dedicção Exclusiva do docente (RDE).*

O relator, Rodrigo Luiz Oliveira Rodrigues Cunha, informou que a minuta tratava da regulamentação do Art. 21, da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, para fins de percepção de remuneração, retribuições, bolsas, ganhos econômicos, GECC e FCC, no Regime de Dedicção Exclusiva do docente (RDE). Informou que se precisava disponibilizar um manual que orientasse a comunidade, apresentar um documento que fosse claro e conciso, além de revisar as competências dos Conselhos dos Centros no processo. Informou ser favorável à aprovação do documento, conforme sugestões recebidas e incorporadas. Sônia Malmonge, representante da área demandante, acatou as sugestões da relatoria. Em discussão, dentre as sugestões apresentadas, destacou-se a proposta de que as

autorizações de realização de atividades esporádicas fossem delegadas às direções dos Centros. Acordou-se que tal competência seria dos Conselhos de Centro, podendo haver delegação às direções de Centro. Além disso, apontou-se a necessidade de exposição do que era considerada atividade esporádica e eventual, sendo essa informação explicitada através de um novo artigo. Ademais, foram feitos ajustes para afastar o teor fiscalizatório da atuação dos Conselhos de Centro. Informou, ainda, que as demais questões relacionadas aos fluxos e à operação seriam explicitadas em um manual a ser elaborado após a aprovação do documento. Findas as discussões, o presidente encaminhou o documento, consideradas as alterações aprovadas, para votação. Documento aprovado, sendo manifestas 3 abstenções e 1 voto contrário.

- ✓ *Tendo em vista o avançado das horas, acordou-se que os assuntos restantes da pauta seriam tratados na continuação desta sessão, que acontecerá no dia 17 de maio.*